

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250



2ª ED.

ATEMPA



CPHIS

Coletivo das Professoras e
Professores de História da
Rede Municipal de Ensino
de Porto Alegre

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250

ORGANIZADORES:

Marco Mello

Roselena Colombo

Claudia Aristimunha

Melina Perussatto

Inês Vicentini

Coletivo de Professoras e Professores de História
da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS)

Associação de Trabalhadores em Educação do
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

2ª ed.
PORTO ALEGRE, RS
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739 PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais

PELO DIREITO DE “SER MAIS”: POANCESTRAL PELA JUSTIÇA DE GÊNERO

Liliane Ferrari Giordani

Diretora da FACED/UFRGS

Aline Lemos da Cunha Della Libera

Vice-diretora da FACED/UFRGS

Ainda inspiradas pelo Centenário de Paulo Freire, evocamos o “ser mais” como indicativo de nossas reflexões sobre a atualidade e as perspectivas de transformação das realidades. Freire (2018) afirmou: “a minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de ‘ser mais’ inscrito na natureza dos seres humanos” (p. 74). Com ele e com outras vozes, também pretendemos que estes escritos se tornem manifesto de nossos sonhos possíveis e projetos de cidade, estado e nação. Neste caminho, o “ser mais” e a justiça de gênero são elementos cruciais para a mudança e para a saída da situação de desamparo e medo que se espalhou nos últimos anos.

A presença das mulheres na política, na gestão pública e em cargos de liderança é histórica. Entretanto, também acompanha esta assunção das mulheres - esse desejo coletivo de “ser mais” - investidas para retomada de um lugar subalternizado, dócil e inexpressivo para elas. A insurgência feminista que, no Brasil, é representada por mulheres do passado e contemporâneas, se faz com justa raiva diante das desigualdades e destas ações que retiram o direito de ser e existir.

A justiça de gênero (FRASER, 2007) a qual podemos entender, no momento atual, afastando-se como o horizonte durante a nossa caminhada, é necessidade primeva para a retomada da democracia no contexto brasileiro. É fundamental que os questionamentos sobre os lugares ocupados pelas mulheres permaneçam e sejam ampliados. Na política, que para Davis “não se situa no polo oposto ao de nossa vida” (2017, p. 53), pela conquista de espaço nas decisões, as mulheres puseram na agenda estatal questões que antes eram consideradas privadas como, por exemplo, a violência familiar e doméstica. Sendo assim, além do contingente, é preciso que se amplie, no âmbito das concepções, lógicas representativas de uma agenda por direitos humanos e justiça, em muito, defendida pelas mulheres em seus movimentos. A defesa do direito à terra, à segurança alimentar, à educação, à saúde tem a marca das mulheres. Ressaltamos aqui, que nos parece oportuno

para tratar da educação e da inclusão (duas pautas que compõem as nossas urgências) Antonieta de Barros e Nise da Silveira.

Antonieta de Barros, professora e parlamentar negra catarinense da década de 30, afirmou: “se educar é aprender a viver, é aprender a pensar. E nessa vida, não se enganem, só vive plenamente, o ser que pensa (...)”. Em seu tempo, Antonieta de Barros “lia” este fenômeno contrapondo-se a uma educação que buscava limitar o ensino às prescrições de cartilhas e manuais. Seu pensamento é atual e ainda deve ser motivador de nosso posicionamento contrário aos movimentos que cerceiam a liberdade de cátedra, limitam o pensamento crítico e a participação popular. Por outro lado, embora denunciando contextos adversos, Antonieta era esperançosa.

Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor (...), onde as conquistas da inteligência não se degenerem em armas de destruição, de aniquilamento; onde os homens, enfim, se reconheçam fraternalmente. Será, contudo, quando houver bastante cultura e sólida independência entre as mulheres para que se considerem indivíduos. Só então, cremos existir uma civilização melhor.

Igualmente, esta professora e parlamentar, anima ao lembrar que as realidades mudam e que os contextos “estão”, mas não “são” prontos e acabados. O deserto é presente, mas não será eterno. Contrapõe, mais uma vez, seu pensamento humanista às lógicas bélicas e de extermínio. Antonieta de Barros, por fim, nos faz pensar que a presença das mulheres é a marca do que se entende como desenvolvimento. Não há sociedade melhor, sem que haja justiça de gênero.

Nise da Silveira, foi uma médica que revolucionou o tratamento mental no Brasil. Antes de revolucionar a psiquiatria, Nise da Silveira já deixava sua marca na Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi a única mulher em uma turma de 158 alunos. Disse ela: “Para navegar contra a corrente são necessárias

condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão” (GAI, KROTH, CAMILOTTI, 2018). Seu legado é de ousadia. Nos inspira neste momento em que lutamos contra a violação de direitos e, sobretudo, a favor de um projeto de educação plural, democrática e cidadã.

Educadores/as da cidade de Porto Alegre, têm reafirmado que o conhecimento se constrói com o grupo, nas trocas possíveis e incitadas pelas questões que o meio coloca, compreendendo, de forma ampliada, a possibilidade de permanência e de construção de conhecimento que é também individual e singular. Na relação com os/as alunos/as acompanhamos, com estes educadores/as, a defesa de numa lógica plural, com currículos dinâmicos e flexíveis, numa diversidade de olhares, ações e intervenções que viabilizem verdadeiramente as aprendizagens. A trajetória e o investimento qualificado na educação, também passa pelo defesa incondicional da justiça de gênero, não só considerando o expressivo número de mulheres no magistério, mas sobretudo compreendendo a luta delas pelo acesso ao direito à educação que lhes foi cerceado durante séculos.

Em 2020 fomos sugados para fora do cotidiano dos abraços, ausentes da presencialidade. Inauguramos as aulas remotas, as tele-chamadas, as reuniões intermináveis. Inauguramos um tempo de saudades. Um tempo, que ainda marca perdas, dores, tensionamentos. Um tempo que precisa ser alimentado pelo fortalecimento de vínculos, reafirmado em cada novo encontro nas escolas. Temos que, permanentemente, reafirmar em rodas de professores/as que nenhum estudante poderá “ser menos”, quando não puder dar conta do que a escola destinou para ele/a e este é o maior ensinamento compartilhado pela experiência, pela pesquisa e pelo querer bem na prática educativa. Para nós, que somos ativistas da valorização da diferença, o slogan atual pautando o “novo normal” nos desafia a explicitar ainda mais as distorções causadas pela pretensa normalidade através dos tempos.

Vivemos momentos de incertezas sobre as condições de vida futura e a manutenção das relações sociais se encontram sob suspeita. Reinventar as possibilidades de diálogo e luta parece nos ser a condição de sobrevivência e de efetivação dos direitos sociais. Pode-se afirmar que a proposição de uma educação plural e democrática com seus desdobramentos político-pedagógicos ainda precisam avançar muito na construção de um cenário educacional mais plural em

nossa cidade, haja vista os retrocessos vividos nos últimos anos. O direito à escola é apenas o primeiro passo em direção à criação de uma política que ofereça condições para que os/as estudantes possam desenvolver suas potencialidades e que a cidade seja transformada. Um sistema educacional pensado para todos/todas/todes, acolhe as diferenças em sua plenitude, reafirmando a importância do convívio para impulsionar o desenvolvimento do ser humano e para a constituição de cada sujeito com parâmetros onde ser diferente é considerado um valor.

Dos tempos vividos, precisamos nos recolocar como professores/as autores/as do que acreditamos ser aprendizagem e nos desafiarmos à transformação. Que retomemos a nossa cidade! Que avancemos na compreensão do lugar que ocupamos e não aceitemos as tentativas de nos “fazer menos”! Que este tempo nos ensine a sermos escola de menos tarefas e mais compartilhamento de idéias! Que possamos valorizar os encontros, os risos dos corredores, a chegada, as rodas de conversa, o joelho ralado na quadra de esportes! Que a infância, a juventude e a vida adulta sejam tempos de aprendizagens e ensinagens!

Essas breves palavras buscam fomentar um debate. Abrir espaços para o pensamento crítico, no entendimento de que não seremos silenciadas, nem esquecidas. Eles passarão! Nós, voaremos!



REFERÊNCIAS

CARMINATTI, Luciane. De deputada para deputada, viva Antonieta! Disponível em: <<https://catarinas.info/de-deputada-para-deputada-viva-antonieta/>>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento

e à representação. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2007, v. 15, n. 2 [Acessado 20 Maio 2022], pp. 291-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>>. Epub 27 Nov 2007. ISSN 1806-9584.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GAI, D. N., KROTH, V. J., CAMILOTTI, A. G. Navegar com arte, saúde e educação: ventos que movem o projeto geringonça. **Saberes**

Plurais: Educação na Saúde, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 70-81, 2018. DOI: 10.54909/sp.v2i2.85499. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/85499>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

GOMES, Amanda, SODRÉ, Bruno, JESUS, Carlos Alexandre de, SILVA, Larissa da. **Vozes insurgentes de mulheres negras: Antonieta de Barros**. Disponível em: <<https://projetofozesinsurgentes.blogspot.com/2019/09/antonieta-de-barros.html>>.

PORTO ALEGRE MUITO ANTES DE 26 DE MARÇO DE 1772

Claudia Porcellis Aristimunha

Historiadora e técnica do Museu da UFRGS

Ezequiel Viapiana

Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e diretor da ATEMPA

Roselena Colombo

Professora aposentada de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e integrante do CPHIS

Adaptação de texto publicado no Jornal Extra Classe, em 24 de março de 2022



Foto: PoAncestral/Marco Mello

Oficialmente neste mês de março serão comemorados os 250 anos de Porto Alegre, apesar dos intensos debates e questionamentos historiográficos que já vêm de longa data.

Para nós - do Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre

(ATEMPA) - evidencia-se uma comemoração descontextualizada, eurocêntrica, cuja tradição inventada provoca o apagamento de uma longa história de ocupação humana da cidade por povos originários, assim como das populações africanas, afro-brasileiras e periféricas.

A memória é, como sabemos, um campo de disputa privilegiada e, sob a lógica dos atuais governantes no Paço Municipal, conglomerados midiáticos e empresariais, a Porto Alegre da atualidade é marcada pela 'inovação, e empreendedorismo'. Como passado e presente se conectam e atuam sobre como se percebe e conta o vivido, o 'aniversário' da cidade e sua incorporação como verdade histórica nos mais diferentes setores denuncia um presente que reafirma o quanto dos traços colonialistas não foram rompidos. Ao contrário, essa naturalização reforça a permanência do que há de pior na nossa história - um colonialismo grotesco, provinciano e segregacionista. Tal celebração com raízes fortemente vinculadas à herança, ocupação e colonização portuguesa - concretiza o apagamento de povos e saberes.

Mas se por um lado tal lógica historiográfica é a regra - não somente em nossa cidade, mas em todo o país - por outro